aeep

Ex.mo Senhor Presidente da
COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Lisboa, 29 de julho de 2016
N.ª Ref.ª 001/037/XIII/001/008
V.ª Ref.ª: Of. nº 385/8ª – CEC/2016

Assunto: **PETIÇÃO N.º 115/XIII/1ª – PEDIDO DE INFORMAÇÃO**

Exmo. Senhor Deputado Alexandre Quintanilha,

Conforme solicitado vimos por este meio dar resposta ao pedido da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, no âmbito da apreciação da Petição n.º 115/XIII/1ª 1, da inciativa de Sandra Cristina Correia Ribeiro Gonçalves – "Solicitam à Assembleia da República a revogação do Despacho Normativo n.º 1-H /2016, que altera os artigos 3º, 6º, 8º, 9º, 18º, 19º, 20º, 22º, 23º, 25º e 26º do Despacho Normativo n.º 7-B/2015, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 88, de 7 de maio de 2015, que determina os procedimentos da matrícula e respetiva renovação".

Primeiramente, compete-nos dizer que a AEEP é uma associação de entidades titulares de estabelecimentos de ensino que tem tido como missão não só defender e representar os interesses dos seus associados, mas também defender o Ensino Particular e Cooperativo enquanto materialização do direito fundamental da sociedade civil de oferecer educação e de receber educação em condições de igualdade.

Defendemos, sem margem para dúvidas, que a riqueza do sistema de ensino está sua diversidade e que um ensino de qualidade se define através do exercício do direito à liberdade de escolha.

A Constituição da República Portuguesa não estabelece qualquer relação de subordinação ou de menorização do ensino particular e cooperativo em relação ao Estado. Desde a revisão constitucional de 1982, o EPC deixou de ser "supletivo" do ensino público estatal.

Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
Avenida Defensores de Chaves, 32-1º Esq. - 1000-119 Lisboa tel.: (351) 21 799 08 10
aeep@aeep.pt www.aeep.pt

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) estabelece que "Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar." (n.º 1 do artigo 58.º LBSE)

A Lei de Bases do EPC, Lei n.º 7/79, aprovada com maioria qualificada estabelece que "Ao Estado incumbe criar condições que possibilitem o acesso de todos à educação e à cultura e que permitam igualdade de oportunidades no exercício da livre escolha entre pluralidade de opções de vias educativas e de condições de ensino" (n.º 1 do artigo 6.º) e que é atribuição do Estado "Conceder subsídios e celebrar contratos para o funcionamento de escolas particulares e cooperativas, de forma a garantir progressivamente a igualdade de condições de frequência com o ensino público nos níveis gratuitos" (alínea d), do n.º 2 do art. 6.º).

Mais recentemente, o novo Estatuto do EPC (DL n.º 152/2013) promove de modo explícito a liberdade de escolha da escola (Ex. Contrato de Associação; a Autonomia Pedagógica).

Com a publicação do Despacho Normativo 1-H/2016 veio o atual governo contitucional impedir, de forma ardilosa e ilegal, o livre exercício de um direito "a escolha da escola" precisamente a quem não tem possibilidade financeira para o fazer – os alunos que frenquentavam EEPC graças a existência de Contratos de Associação. Mais corresponde este despacho a uma violação dolosa dos contratos de associação em vigor.

Sublinhe-se que o ensino privado em Portugal é anterior à República Portuguesa e que a AEEP, fundada em 1975, representando o setor de modo ininterrupto e público há mais de 40 anos, nunca deixará de lutar em defesa do direito da sociedade civil de oferecer ensino e do direito das famílias de escolher o ensino que querem para os seus filhos, promovendo assim a qualidade da oferta.

Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
Avenida Defensores de Chaves, 32-1º Esq. - 1000-119 Lisboa tel.: (351) 21 799 08 10
aeep@aeep.pt www.aeep.pt

Subescrevemos na íntegra a petição em causa, porque acreditamos numa liberdade de escolha da escola plena que não só promove a qualidade da oferta, como confere as famílias um verdadeiro poder de influenciar – em parceria – o estabelecimento de ensino através da escolha.

Com os melhores cumprimentos,

António José Sarmento
Presidente da Direção

Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
Avenida Defensores de Chaves, 32-1º Esq. - 1000-119 Lisboa tel.: (351) 21 799 08 10
aeep@aeep.pt www.aeep.pt